

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 2 a 6 de setembro, em Brasília.

ESFORÇO CONCENTRADO NO SENADO, RITMO LENTO NA CÂMARA, EMENDAS IMPOSITIVAS, LOA 2025 & CASO TWITTER NO STF

Senado realiza semana de esforço concentrado. O Senado Federal deverá votar projeto altera regras de inelegibilidade (**PLP 192/2023**); medida provisória que abre crédito extraordinário para o Rio Grande do Sul em decorrência do estado de calamidade pública (**MPV 1218/2024**), cuja vigência encerra no sábado (7); e projeto de lei que institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – PHBC (**PL 3027/2024**). Já na Câmara dos Deputados, a semana corre em ritmo lento devido à ausência de parlamentares, que passarão os próximos dias em suas bases eleitorais para apoiar aliados nos pleitos municipais.

No Judiciário, STF prorroga solução sobre emendas impositivas. Após reunião entre ministros do STF, Casa Civil e AGU, o ministro **Flávio Dino** postergou para a próxima semana o prazo que teria se encerrado na semana passada para que o Congresso Nacional apresente medidas que concedam maior transparência ao pagamento de emendas ao Orçamento da União. O Governo – *que deixou de entregar o texto na última semana* – e o Congresso chegaram a firmar um acordo para identificação antecipada do objeto da emenda, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas perante o TCU, mas o formato para o avanço da proposta ainda não foi definido. O tema tem dificultado o avanço de propostas do Executivo, como a própria indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central.

Governo envia ao Congresso PLOA 2025 com possibilidade de aumento de impostos. Nesta segunda (2), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, **Dario Durigan**, realizou coletiva de imprensa para comentar o texto, que prevê, entre outros, um déficit zero para 2025 – *o que dependerá de novas medidas de arrecadação, como a proposta de aumento entre 1% e 2% da CSLL e*

em 5% dos juros sobre capital próprio (de 15% para 20%) –; além de um salário-mínimo de R\$ 1.509,00 – *crescimento de R\$ 97 em comparação com a remuneração atual, de R\$ 1.412,00*. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado **Julio Arcoverde** (PP/PI), demonstrou preocupação com o foco da proposta no aumento da arrecadação, com destaque para a taxação de grandes empresas de tecnologia. Além disso, o governo também conta com medidas para renegociar dívidas tributárias, e incrementar sua receita, por meio da retomada do voto de qualidade do Carf, entre outros.

Lira critica decisão de Moraes em bloquear recursos da Starlink. No último sábado (31), durante um evento em São Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados criticou a decisão do ministro do STF, **Alexandre de Moraes**, de bloquear recursos financeiros da empresa *Starlink*, para garantir o pagamento de multas aplicadas à rede social X, ambas pertencentes a Elon Musk, já que esta não indicou nova representação legal no Brasil. Questionado sobre os impactos da decisão em termos de segurança jurídica e de investimentos estrangeiros, Lira afirmou que as demandas que alcançam a plataforma digital não poderiam ter "extrapolado" para outra empresa ligada a Musk.

Ainda sobre o tema, ministros do Supremo confirmaram decisão de suspender o X no Brasil. Nesta segunda (2), a Primeira Turma do STF manteve, por unanimidade, a suspensão da rede social X no Brasil após o descumprimento de ordens judiciais, como a nomeação de um representante legal em território nacional e o bloqueio de pelo menos nove contas de pessoas envolvidas nos Atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Enquanto o governo defende a decisão e a regulamentação das big techs pelo Parlamento, a oposição tem defendido que se trata de um cerceamento à liberdade de expressão.

Destaque da Semana

Segunda

- Lançamento do Programa Brasil + Produtivo.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou no último final de semana da inauguração de nova unidade de empresa de tecnologia (AeC Contact Center) em João Pessoa (PB). Na mesma data, ainda na Paraíba, fez anúncios de investimentos federais para o estado que contemplam novas modalidades do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e a consolidação e expansão do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Nesta segunda (02), participou de reunião de alinhamento com ministros e líderes de governo, na sequência se reuniu com a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Pela tarde cumpriu agenda com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza e ao fim do dia se encontrou com o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. Na sexta (06) irá participar da inauguração das obras de ampliação do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou nesta segunda (02) da abertura do Fórum Nordeste – Desafios e Oportunidades nos Setores de Biocombustíveis, Etanol e energias Limpas. Na sequência visitou às instalações industriais da Stellantis. Ao final da tarde, participou do lançamento do Programa Brasil + Produtivo.

Secom Secretaria de Comunicação Social

Agenda ministerial – A Secretaria de Comunicação Social (Secom), por meio da Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI) e em parceria com a Embaixada do Reino Unido e a organização da sociedade civil Serenas, iniciam a formação de educadores para atuar na promoção de direitos de meninas no ambiente digital, com o objetivo de instruir alunas quanto a educação midiática e o enfrentamento de casos de violações e abuso de direitos.

CGU Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – **Vinícius Marques de Carvalho** irá participar nesta quinta (05), como palestrante da Conferência Ethos 360° São Paulo 2024, na atividade: Fortalecendo a Cultura e a Integridade: a atuação da CGU e o compromisso das empresas.

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** participou, no último sábado (31) do 2º Tech Woman - fortalecimento da inclusão feminina no setor de tecnologia. Nesta segunda (02) participou da abertura do Fórum Nordeste – Desafios e Oportunidades nos Setores de Biocombustíveis, Etanol e energias Limpas.

MCom Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** esteve neste domingo (01), na Associação dos Criadores do Estado Maranhão (ASCEM) para participar da Exposição Agropecuária do Maranhão (ExpoMA 2024).

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	Agenda do presidente – Ricardo Cappelli participa nesta segunda (02), junto ao vice-presidente, Geraldo Alckmin, do Roadshow Brasil + Produtivo.
MEC Ministério da Educação	Agenda do ministro – Camilo Santana participou, neste domingo (01), de carreta do candidato do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Fortaleza, Evandro Leitão. Na segunda (02), concedeu entrevista ao programa Conexão Verdinha, da Rádio Verdinha FM, para falar sobre programas e ações da pasta para a educação brasileira.
MF Ministério da Fazenda	Agenda do ministro – Fernando Haddad reuniu-se, nesta segunda (02), com o presidente Lula, no Palácio do Planalto. Mais tarde, participou de reunião com diretores do Banco Mundial, na sede da pasta. Agenda internacional ✓ Santiago (Chile) – Evolução Insurtech Latam 2024.
BACEN Banco Central do Brasil	Agenda do presidente – Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (02), com representantes da Brasilprev. Agenda dos diretores – Os diretores de Política Econômica, Diogo Guillen, e de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, Paulo Picchetti, participam de duas sessões da reunião trimestral com economistas, contando com a presença de representantes do Santander, Bradesco, XP Investimentos, Sicredi e BNP Paribas Asset Management. Além disso, Guillen reuniu-se com economistas da CM Capital e Picchetti participou da LiveBC sobre o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos do BACEN. O diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, também participou da segunda sessão da reunião trimestral com economistas e da reunião com representantes da Brasilprev, acompanhando o presidente Roberto Campos Neto. Os diretores de Regulação, Otávio Damaso, e de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, estão de férias e os outros diretores têm previsão de despachos internos. Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 diminuiu para US\$ 83,50 bilhões de resultado positivo. Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 4,26%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 2,46%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 10,50% pela décima-primeira semana seguida. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 aumentou para R\$ 5,33.
MMA Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Agenda da ministra – Marina Silva reuniu-se, nesta segunda (02), com o presidente Lula.

	Na quarta (04), comparecerá à Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado para esclarecer as ações do governo federal no combate aos incêndios florestais no país.
MPO Ministério do Planejamento e Orçamento	Agenda da ministra – Simone Tebet , nesta terça (03), reúne-se o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para apresentar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)
MRE Ministério das Relações Exteriores	Agenda do ministro – Mauro Vieira participou, nesta segunda (02), da reunião de chanceleres do MERCOSUL, em Montevideu, no Uruguai.

Poder Legislativo

Congresso Nacional	O Plenário do Congresso Nacional ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana. Na casa, reuniu-se apenas o Conselho de Comunicação Social (CCS), na segunda-feira (2), para debater proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho, de modo a permitir a realização de reuniões remotas.
Câmara dos Deputados	O Plenário da Câmara dos Deputados ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana. A casa recebe, no entanto, durante a semana, o congresso XVIII Encontro Verde das Américas (“ <i>Greenmeeting Brasília 2024</i> ”), que visa propor soluções para as principais questões socioambientais e econômicas do Brasil e do hemisfério.
Senado Federal	O Plenário do Senado Federal deverá apreciar, nesta semana, a Medida Provisória nº 1.218, de 2024 , que abre crédito extraordinário para tomada de Medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Comissões

TECNOLOGIA	Senado CCT Quarta (4) 11h00
Inteligência Artificial	Audiência Pública – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática realiza, nesta semana, audiência pública com presença da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos , para <u>debater o Programa Conecta e Capacita - desafios e potenciais aportes legislativos ao programa; e prestar informações sobre o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial do Governo Federal.</u>
	Senado CTIA Quarta (4) 14h30

Audiência Pública – A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil realiza, nesta semana, audiência pública para debater o tema autorregulação e boas práticas e instruir o [PL 2338/2023](#), que dispõe sobre o uso da inteligência artificial no Brasil, e seu último relatório. Dentre as participações, salientamos a presença do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **Antonio Ricardo Alvarez Alban**; do Diretor de Privacidade e Política de Dados no Centro de Liderança em Política de Informação de Washington, D.C., **Matthew Reisman**, assim como a Vice-presidente de Política, Confiança, Dados e Tecnologia no Conselho da Indústria de Tecnologia da Informação de Washington, D.C., **Courtney Lang**.

ECONOMIA E TRIBUTAÇÃO

Senado | CAE | Terça (3) | 14h

Reforma Tributária

Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômicos realiza, nesta semana, reunião para debater os impactos da Reforma Tributária ([PLP 68/2024](#)) nos setores de comércio e serviços, que deverá contar com a participação, entre outros, do Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), **Rodrigo Segurado**; Presidente da Associação Nacional de Comerciantes Material de Construção (ANAMACO), **Cassio Schiavo Tucunduva**; assim como do Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), **Anderson Trautman**.

Senado | CAE | Quarta (4) | 14h

Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômicos realiza, nesta semana, reunião para debater os impactos da Reforma Tributária ([PLP 68/2024](#)) nos setores de comércio e serviços, que deverá contar com a participação, entre outros, dos representantes da Associação Brasileira das locadoras de equipamentos médicos (ABLEM), **Ricardo Fiúza Neto**; da Conselho Federal de Contabilidade, **Diogo Chamun**; e do Presidente da Confederação Nacional de Serviços, **Luigi Nesse**.

Câmara | CPIMJAE | Terça (8) | 14h30

Apostas esportivas

Reunião de oitiva – A CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas realiza, nesta semana, oitiva do Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, de modo a prestar informações sobre transações de pagamentos que tenham por finalidade a realização de apostas de quota fixa com pessoas jurídicas.

Política

Disputa pela Câmara se intensifica e Senado aguarda definição. As campanhas para a eleição da Câmara, que será realizada em 2025, começaram a se intensificar no 2º semestre. O atual presidente, Arthur Lira (PP-AL), deve oficializar em breve o deputado que apoiará como sucessor. No Senado, onde o cenário está mais pacificado, as alianças e os nomes que disputarão a presidência aguardam a definição da Câmara. Os

regimentos da Câmara e do Senado determinam que as eleições para as Mesas Diretoras sejam realizadas sempre em fevereiro, logo no retorno dos trabalhos, depois o recesso de fim de ano. Lira, que comanda a Casa Baixa desde 2021, disse que indicaria em agosto o candidato que apoiará para sucedê-lo. À época, a declaração aumentou a expectativa dos 3 principais nomes na disputa: Elmar Nascimento (União Brasil-BA), Antonio Brito (PSD-BA) e Marcos Pereira (Republicanos-SP). [Fonte:](#) Poder 360

“Vamos enterrar de vez esse modelo de emendas Pix”, diz Padilha. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na 2ª feira (2.set.2024) que o governo deve “enterrar” o atual modelo de emendas Pix no acordo sobre o tema com o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal). O acordo para transformá-las em transferências rastreáveis é o mais avançado, segundo ele. “Nós vamos enterrar de vez esse modelo de emendas Pix e ter um modelo de repasse fundo a fundo, do governo federal direto para o Fundo de Participação dos Municípios, mas um modelo fundo a fundo rastreável”, afirmou. Esse novo sistema, conforme o ministro, teria a exigência de apresentação de um objeto da emenda e um plano de trabalho para que o TCU (Tribunal de Contas da União) possa acompanhar a execução daquela obra. [Fonte:](#) [Poder 360](#)

Lira é “parceiro” e ajudará governo com JCP e CSLL, diz Dario. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse na 2ª feira (2.set.2024) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) é “parceiro” e vai ajudar o governo a aprovar as alternativas para o ajuste fiscal. Ele respondeu sobre o aumento de tributos com o JCP (Juros sobre Capital Próprio) e de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das empresas. Durigan foi questionado sobre a declaração de Lira no sábado (31.ago). O presidente da Câmara disse considerar “quase impossível” o Congresso apoiar qualquer aumento do JCP ou da CSLL para ajudar o governo a cumprir a meta fiscal de 2025. “Eu diria que o presidente Lira é alguém que é muito parceiro e que certamente vai entender os números e projeções e nos ajudar com as alternativas, porque sei que o compromisso dele também é a estabilidade fiscal do país”, declarou o secretário-executivo. [Fonte:](#) [Poder 360](#)

Governo Lula propõe recorde de emendas para 2025 enquanto negocia impasse com STF e Congresso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs um valor recorde de emendas parlamentares para 2025 ao enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional na sexta-feira, 30. Enquanto isso, o chefe do Poder Executivo negocia o futuro dos recursos indicados por deputados e senadores após o Supremo Tribunal Federal (STF) suspender a liberação do dinheiro e exigir transparência e rastreabilidade. O governo reservou R\$ 39 bilhões para emendas impositivas (obrigatórias), ou seja, recursos indicados individualmente por cada parlamentar e pelas bancadas estaduais no Congresso no Orçamento de 2025. O recorde trata-se do montante encaminhado em comparação com os projetos orçamentários dos anos anteriores, ou seja, antes de a proposta ser votada no Congresso. Nos próximos dez dias, o Executivo pretende apresentar um projeto para regulamentar a liberação desses recursos, em resposta à decisão do Supremo. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Lira diz que aumento de tributos sobre empresas e acionistas é ‘quase impossível’ de ser aprovado. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), descartou no sábado, 31, a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), um tributo cobrado sobre o lucro das empresas, e do imposto sobre a renda retido na fonte incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração paga pelas companhias aos seus acionistas. “Discussão de JCP e CSLL para aumento de arrecadação para cumprir a meta é improvável, é quase impossível” disse em painel realizado no Expert Week, em São Paulo. “Qualquer projeto de aumento de tributo é muito difícil de ser aprovado”, mencionou. O projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso na sexta-feira (30) eleva a alíquota da CSLL em 1 ponto percentual (pp) para empresas e em 2 pp para instituições financeiras. Também aumenta de 15% para 20% a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre JCP. O governo espera arrecadar R\$ 20,94 bilhões em 2025. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Economia

Galípolo começa périplo no Senado na segunda-feira (02) e governo espera sabatina na próxima semana. O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na segunda-feira

(02) que Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para presidir o Banco Central, começará ainda na segunda-feira (02) o périplo pelo Senado Federal e que o governo espera a sabatina já na próxima semana. O indicado estará acompanhado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). — A partir de segunda-feira (02), o presidente Lula reforçou orientação ao Jaques Wagner para acompanhar o Galípolo em reuniões com líderes e membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos focar na apresentação do Galípolo aos líderes e membros da Comissão — afirmou Padilha. A sabatina ocorre na Comissão de Assuntos Econômicos e ele precisa ter o nome aprovado também pelo Senado. A expectativa do governo é que Galípolo não tenha dificuldade na aprovação, já que passou por sabatina para assumir como diretor de Política Monetária do BC. [Fonte:](#) O Globo

Inflação cai 0,16% em agosto, segundo o IPC. Em agosto, a inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC-S) registrou queda de 0,16%. Segundo dados divulgados na segunda-feira (02) pelo FGV Ibre, cinco das oito classes de despesa componentes do índice registraram decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição para o resultado foi do grupo Educação, Leitura e Recreação que fechou o mês com variação negativa de 0,60%, puxada principalmente pela variação de preços de passagens aéreas, que teve queda de 3,46%. O grupo Alimentação também contribuiu para a variação negativa da inflação, registro no mês uma deflação de 1,03%. Em 12 meses, o IPC acumula variação de 4,18%. [Fonte:](#) O Globo

Orçamento de 2025 prevê salário mínimo de R\$ 1.509. O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, na noite de sexta-feira (30/8), o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA 2025). Unindo responsabilidade fiscal e compromisso social, o PLOA 2025 traz meta de resultado primário zero, aumento real (acima da inflação) do salário mínimo e o cumprimento dos pisos de saúde, educação e investimento. O salário mínimo estimado para 2025 é de R\$ 1.509,00. O aumento previsto é de 6,87% na comparação com o valor de R\$ 1.412,00 vigente neste ano, sendo 3,82% dados pela variação estimada para o INPC nos 12 meses encerrados em novembro de 2024 e 2,91% de aumento real decorrentes do crescimento do Produto Interno Bruto de 2023, conforme prevê sua regra de correção. [Fonte:](#) Agência Brasil

Orçamento de 2025 terá R\$ 74,3 bilhões com investimentos. Os investimentos (obras públicas e compra de equipamentos) deverão consumir R\$ 74,3 bilhões no próximo ano, prevê o projeto de lei do Orçamento de 2025, enviado na sexta-feira (30) à noite ao Congresso Nacional. O valor equivale ao piso de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) estabelecido pelo novo arcabouço fiscal. Do total a ser investido com recursos do Orçamento, R\$ 60,9 bilhões virão do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além desse montante, o PAC terá R\$ 166,6 bilhões de investimentos de estatais federais, que têm um orçamento próprio, também encaminhado na sexta ao Congresso. O projeto do Orçamento de 2025 prevê ainda R\$ 38,9 bilhões para as emendas parlamentares impositivas. O valor é 3,46% maior que o deste ano. [Fonte:](#) Agência Brasil

Governo espera R\$ 166 bilhões para aumentar a receita em 2025. O governo federal espera que as medidas ligadas à arrecadação criem um saldo positivo de R\$ 166,2 bilhões na receita do Orçamento de 2025. O número consta no Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) e é similar aos R\$ 168,2 bilhões estimados na peça do ano anterior para 2024. O Ministério do Planejamento e Orçamento estima que as iniciativas com objetivo de aumentar a arrecadação somem R\$ 168,25 bilhões. Já as ações com impacto negativo são de R\$ 2,1 bilhões. É daí que vem o saldo. O governo queria os gatilhos para JCP e CSLL junto com o relatório sobre o fim gradual da desoneração da folha de pagamentos para compensar a renúncia fiscal com o benefício. Em uma derrota para o Planalto, não foram aprovados pelo Senado. [Fonte:](#) Poder 360

PLOA usa todos os instrumentos para atingir déficit zero em 2025, diz secretário. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Gustavo Guimarães, afirmou na segunda-feira (02) que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) usa todos os instrumentos para atingir a meta fiscal de déficit zero em 2025. Isso inclui medidas de arrecadação e de controle de gastos. Segundo ele, a cada ano, os resultados fiscais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mostram que são “críveis e atingíveis”. Guimarães avaliou que o governo está trabalhando para aumentar a credibilidade da política fiscal. Segundo o secretário, a equipe econômica está trabalhando com vários eixos de revisão de gastos. O primeiro, que envolve pente-fino em benefícios previdenciários e programas sociais, já consta no PLOA 2025. Mas outros eixos também serão trabalhados, disse. [Fonte:](#) Valor Econômico

Haddad reafirma convicção no crescimento da economia do país de maneira sustentável. Trocar o estímulo fiscal pelo financeiro em busca do desenvolvimento sustentável do país. Essa é a rota que o governo definiu e que vem sendo construída desde o seu início, com ganhos institucionais importantes num processo de negociação com o Congresso Nacional. Em sua participação em evento empresarial sexta-feira (30/8), em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixou clara sua convicção de que a economia brasileira pode crescer de forma sustentável. “Não há razão para o Brasil não se desenvolver”, afirmou. No contexto dos avanços na área econômica obtidos ao longo desta gestão governamental, Haddad destacou a aprovação do Arcabouço Fiscal, que substituiu o teto de gastos, mecanismo que, na avaliação do Ministério da Fazenda, se mostrou inconsistente com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país. Haddad elencou ainda as medidas de ampliação do crédito, incluindo o novo marco de garantias. [Fonte:](#) Agência Brasil

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na quarta (8), o Plenário do STF se reúne para julgar, dentre outras, a [ADI 7324](#), que discute a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica; a [ADI 6040](#) e a [ADI 6055](#), que discutem se o Poder Executivo pode alterar, sem restrições, os percentuais de restituição tributária previstos no Reintegra; a [ADI 3837](#), sobre o repasse de 25% do valor dos créditos extintos de ICMS, por compensação ou transação, ao fundo de participação dos municípios; o [RE 736090](#), que discute se a multa de 150% aplicada pela Receita Federal em razão de sonegação, fraude ou conluio tem caráter confiscatório; e o [RE 667958](#), que dispõe se o monopólio estatal do serviço postal conferido aos Correios impede os Municípios de entregarem diretamente guias de arrecadação tributária aos contribuintes.

Último Foco

STF reafirma validade de cobrança de diferenças do ICMS para empresas que optam pelo Simples Nacional. O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou válidos dispositivos de lei complementar federal que obrigam o recolhimento da diferença de alíquotas (interna x interestadual) do ICMS-ST pelas empresas optantes pelo Simples Nacional que realizarem operações interestaduais. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6030, na sessão virtual encerrada em 16/8. O Simples Nacional permite o recolhimento mensal de vários impostos e contribuições num único documento de arrecadação, mas, em relação ao ICMS, segue a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas. Na ADI, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questionava os dispositivos da [Lei Complementar 123/2006](#) que tratam desse tema. Entre outros pontos, a entidade alegava que, ao abrir exceção ao regime facilitado do Simples Nacional e impor o recolhimento de tributos em documento diferente, com alíquota variável, a lei prejudica a desburocratização tributária e afronta o tratamento favorecido e simplificado a empresas de pequeno porte previsto na Constituição Federal. [Fonte:](#) ASCOM STF

Tributação de big techs e multinacionais pode ser usada para compensar desoneração da folha. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que duas medidas poderão compensar a desoneração da folha de pagamentos no ano que vem. São elas: a tributação das big techs e a implantação do pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que “estabelece tributação global mínima de 15% para empresas multinacionais”. A afirmação foi feita, na segunda-feira (2), em entrevista coletiva concedida no Ministério do Planejamento e Orçamento para comentar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, divulgado pelo governo federal na sexta-feira (30). Ambas as medidas, voltadas para compensar a desoneração de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios de até 156 mil habitantes, seriam implantadas por meio de projeto de lei. [Fonte:](#) Valor Econômico

Starlink pode perder autorização para prestar serviço no Brasil, diz presidente da Anatel. O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, disse que a Starlink, de Elon Musk, pode

perder a autorização para prestar serviço no Brasil caso se confirme que a empresa está descumprindo a ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de derrubada do acesso ao X. Em entrevista ao Estúdio i, na segunda-feira (2), Baigorri disse que, havendo materialidade que indique o descumprimento de decisão judicial pela empresa de Musk, um processo administrativo será aberto. Durante o processo, caso seja instaurado, será assegurado à Starlink o direito à ampla defesa. [Fonte:](#) G1 Notícias

Governo Federal abre prazo para órgãos públicos manifestarem interesse em compra centralizada de computadores e notebooks. Governo Federal, por meio da Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), abre, na terça-feira (3/9), a Intenção de Registro de Preços (IRP) nº11/2024 para a contratação conjunta de desktops e notebooks básicos e intermediários. A IRP ficará aberta até o dia 16 de setembro. Com isso, estima-se uma economia de aproximadamente R\$ 97,2 milhões, resultado da diminuição dos custos administrativos e do menor preço alcançado pela compra em grande escala. O objetivo da compra centralizada é padronizar as especificações dos equipamentos, garantindo um nível de qualidade, além de diminuir custos, porque a economia de escala permitirá a redução dos valores unitários dos itens licitados. A centralização do processo de compra retira a necessidade de múltiplas licitações em órgãos descentralizados, otimizando o uso dos recursos humanos e técnico. [Fonte:](#) ASCOM MGI

Giovanni Rocco Neto será secretário de apostas esportivas do Ministério do Esporte O governo escolheu Giovanni Rocco Neto para o cargo de Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte. A nomeação foi publicada na segunda-feira (02) no Diário Oficial da União (DOU). [Fonte:](#) Valor Econômico

IA: promessa de 2 milhões de novos empregos até 2025. Mas América Latina enfrenta barreiras. A Inteligência Artificial (IA) está transformando o mercado de trabalho no Brasil de maneira significativa. Um estudo recente da Microsoft e Edelman revelou que, em 2023, 74% das empresas brasileiras já haviam adotado IA, um salto expressivo em comparação aos 61% registrados no ano anterior. Apesar das preocupações com a substituição de empregos por “robôs”, essa evolução tecnológica também está criando novas e melhores oportunidades de trabalho. Segundo Frederico Stockchneider, diretor de projetos na InfoWorker Tecnologia e Treinamento, o temor de que a IA substituirá a mão de obra humana é infundado. “A IA permite a automação de tarefas repetitivas, liberando os colaboradores para se concentrarem em atividades mais estratégicas e criativas. Isso está impulsionando o surgimento de novas funções que exigem habilidades mais avançadas e geram maior valor agregado”, explica. Embora existam preocupações legítimas sobre a substituição de empregos, estudos recentes indicam que a IA está, na verdade, gerando novas oportunidades. De acordo com a consultoria Gartner, até 2025, a IA deverá criar cerca de 2 milhões de empregos, pois tecnologias de IA demandam supervisão, treinamento e manutenção por parte de humanos. [Fonte:](#) Softex

Ministério da Justiça vai capacitar servidores em cibersegurança e direitos digitais. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), abriu três editais para selecionar instituições de ensino superior que vão ofertar especializações a profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Serão atendidos 680 agentes. O investimento total será de cerca de R\$ 3,6 milhões. Os cursos serão nas áreas de direitos digitais e segurança cibernética; inteligência e inovação aplicadas no enfrentamento ao crime organizado; e proteção de pessoas vulnerabilizadas. As capacitações contarão, ainda, com as parcerias da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Ministrado em parceria com a Secretaria de Direitos Digitais (Sedigi), do MJSP, o curso de direitos digitais e segurança cibernética é essencial para modernizar e fortalecer as operações de segurança pública. Ele capacita os profissionais para entender, prevenir e enfrentar crimes cibernéticos e, assim, proteger tanto a sociedade quanto as infraestruturas críticas. Dessa forma, a capacitação contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com as dinâmicas e desafios digitais. [Fonte:](#) Convergência Digital

Governo Lula propõe alta de tributos sobre empresas e acionistas e prevê arrecadar R\$ 21 bi em 2025. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou na sexta-feira, 30, ao Congresso Nacional um projeto de lei que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), um tributo cobrado sobre o lucro das empresas, e a do Imposto de Renda incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração paga pelas companhias aos seus acionistas. O objetivo é arrecadar R\$ 21 bilhões no próximo ano, quando o Executivo se comprometeu com a meta de déficit zero. O aumento da CSLL, como

antecipou o Estadão, será restrito a 2025, enquanto que a alteração no JCP será permanente – ou seja, sem data delimitada no projeto de lei. [Fonte:](#) Valor Econômico

Fornecimento de dados biométricos preocupa 60% dos usuários de Internet brasileiros, mostra pesquisa do Cetic.br. Os brasileiros se preocupam com o fornecimento de seus dados biométricos em maiores proporções do que com outros tipos de dados pessoais sensíveis, tais como orientação sexual e cor ou raça. É o que revela a 2ª edição da pesquisa “Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectivas de indivíduos, empresas e organizações públicas no Brasil”, lançada na segunda-feira (2) pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Segundo o estudo, 32% dos usuários de Internet com 16 anos ou mais no país relataram ficar “muito preocupados” e outros 28% “preocupados” diante desse tipo de situação – juntas, as proporções alcançam 60%. Entre os usuários que mencionaram essa preocupação em fornecer dados biométricos, a percepção de risco está associada com maior frequência à impressão digital e ao reconhecimento facial, cuja soma da porcentagem de indivíduos “preocupados” e “muito preocupados” alcançou 86% e 82%, respectivamente. O estudo também mostra que as organizações para as quais os usuários mais ficam apreensivos em fornecer dados biométricos são: instituições financeiras (37% “muito preocupados” e 36% “preocupados”), órgãos de governo (35% e 38%) e transporte público (34% e 37%). Apresentado no 15º Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, evento organizado pelo CGI.br e pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), o levantamento reúne indicadores inéditos extraídos de pesquisas realizadas pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/NIC.br). [Fonte:](#) CGI.br

Cooperação internacional deve fortalecer segurança cibernética na era da IA. O Workshop Segurança Cibernética da Inteligência Artificial, realizado pelo Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Ceadi), marcou seu primeiro ano de atividades com debates sobre os desafios e oportunidades que a inteligência artificial (IA) apresenta para a segurança cibernética global. Larissa Schneider Calza, chefe da Divisão de Defesa e Segurança Cibernética do Ministério das Relações Exteriores, ressaltou a tensão geopolítica envolvida na regulação de tecnologias digitais. Ela observou que “a cooperação internacional e o desenvolvimento de estratégias conjuntas são essenciais para navegar essas questões”, uma vez que a segurança de um país pode impactar globalmente. Esse posicionamento foi complementado por Sandro Mendonça, ex-conselheiro da Acom e professor na Iscte Business School, em Portugal, que alertou sobre a necessidade de uma abordagem partilhada na integração de centros de investigação e segurança tecnológica, afirmando que “o exercício dessa soberania deve ser visto de uma lógica partilhada”. Durante o debate, foi enfatizada a urgência de colaboração internacional para enfrentar as crescentes ameaças cibernéticas, com destaque para a necessidade de desenvolver estruturas de governança que equilibrem a inovação com a segurança. [Fonte:](#) Telesíntese

72% dos consumidores de bancos usam aplicativos em dispositivos móveis. As experiências digitais de instituições financeiras são fundamentais no atual cenário global de pagamentos. De acordo com a demanda do consumidor, detalhes como o design de aplicativos podem gerar um desempenho financeiro superior. De cooperativa de crédito locais a bancos nacionais, fintechs e bancos digitais, muitas instituições financeiras oferecem serviços bancários digitais em app, com recursos que variam desde funcionalidades de serviços simples até ecossistemas abrangentes de finanças pessoais. Olhando para esse cenário e pensando na demanda do consumidor, a área de Consumer Experience da Mastercard divulgou uma análise feita com 160 experiências digitais de bancos pelo mundo. Com os dados obtidos a partir dela, a companhia criou um White Paper com algumas recomendações importantes para aprimorar a qualidade de aplicativos. De acordo com a pesquisa da Mastercard, feita com base em uma análise de 160 experiências digitais pelo mundo, mais de 72% de todos os consumidores bancários usam um aplicativo bancário móvel, com 59% dos consumidores utilizando exclusivamente para todas as suas necessidades bancárias. Ainda, há uma previsão de que mais de 4,2 bilhões de consumidores utilizem aplicativos de instituições financeiras até 2026. [Fonte:](#) TI Inside